

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 445 - Brasília, quinta-feira, 17 de abril de 1997

## Acordo proíbe reedição de MPs, que terão vigência de 90 dias

*Fogaça apresenta as linhas básicas do substitutivo que resultou do entendimento. CCJ examina a partir de hoje a matéria, que deve voltar ao plenário no dia 23*



Antonio Carlos reúne os líderes partidários no Congresso para fechar o acordo sobre as MPs

Fica proibida a reedição de medidas provisórias, que passarão a ter vigência de 90 dias, segundo o acordo negociado ontem entre líderes partidários e do governo. As linhas básicas do substitutivo que resultou do entendimento foram apresentadas ao plenário pelo relator José Fogaça.

"A pedido do relator e no interesse da Nação", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu enviar a matéria de volta à CCJ. A comissão se reúne hoje, às 10h, amanhã e terça-feira, para examinar o substitutivo, que retornará ao exame do plenário na próxima quarta-feira, dia 23. Páginas 4 e 5

## Prêmio para quem ajuda a democracia

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o Prêmio Ulysses Guimarães de Mérito Democrático. A láurea consistirá numa medalha com a efigie do patrono a ser entregue a quem se distinguir por sua contribuição para a consolidação da democracia no Brasil.



Alcântara



Pedro Simon

jurídica que tenha oferecido contribuição relevante à causa do aprimoramento da democracia no país. A indicação dos candidatos deverá ser feita à Mesa Diretora do Congresso, até o último dia de agosto, acompanhada de justificativa.

Simon explicou que não se trata de um prêmio literário ou de estudo, mas uma láurea destinada a homenagear pessoa ou instituição que tenha atuado em defesa da democracia. Em sua opinião, no momento em que o Brasil se encontra democratizado, deve-se fortalecer a

idéia da democracia.

Simon disse que se ouvem frequentemente vozes contrárias à democracia, inclusive teses favoráveis ao fortalecimento de um poder em prejuízo dos outros. "Num país onde tanta gente acha que o Legislativo e o Judiciário não têm tanta importância, é do maior significado criar esse tipo de premiação", defendeu.

Relator da matéria, Lúcio Alcântara afirmou que esse deve ser um prêmio inédito num mundo em que existem láureas para cientistas, artistas e defensores de direitos humanos, mas não para quem trabalha pela democracia. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Júnia Marise (PDT-MG) apoiaram a iniciativa.

NESTA EDIÇÃO

**CCJ promove mais um debate sobre efeito vinculante**

Página 6

**CPI realiza investigação no Paraguai**

**Roberto Requião e Romeu Tuma embarcam hoje para Assunção a fim de investigar a transferência de dinheiro obtido com a emissão de títulos públicos. Página 2**

# Requião e Tuma realizam investigação no Paraguai

*Em Assunção, os dois senadores deverão conversar com o presidente e o vice-presidente da República, presidente do Banco Central e membros de comissão parlamentar de inquérito*

Reunido com assessores técnicos, o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), definiu ontem os depoimentos que serão tomados na próxima semana e o esquema-padrão para o relatório que ele vai elaborar.



**Requião**

Hoje, o relator e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) embarcam para Assunção (Paraguai), a fim de investigar a transferência de dinheiro, ganho com a emissão de títulos públicos, para aquele país.

Depois de investigações preliminares, Tuma suspeita de que importâncias ganhas na cadeia de venda e compra de títulos emitidos para pagar precatórios tenham deixado o país, via doleiros, e retornado na forma de investimentos, numa operação que ele chama de "lavanderia".

Em Assunção, os dois senadores deverão conversar com o presidente e o vice-presidente da República, Juan Carlos Wasmosy e Angel Seifart, o presidente do Banco Central e integrantes da Comissão Bicameral de Inquérito que, no Parlamento paraguiano, investiga denúncias de lavagem



**Tuma**

entre o Brasil e o Paraguai, a respeito de dinheiros ilegais.

de dinheiro.

Requião acha que talvez seja possível estabelecer acordo para um fluxo permanente de informações de

Já de volta a Brasília, na quarta-feira, os dois senadores participam da reunião em que a CPI interrogará novamente os empresários Fausto Solano Pereira (banco Boa Safra), Ibrahim Borges Filho (IBF Factoring) e Enrico Piccioto (corretora Split).

Os três serão acareados com os *office-boys* Alex

Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luiz Cipriano, que trabalhavam na Split e que podem ter conhecimento dos cheques e documentos que transitavam entre as empresas suspeitas de lucrar na operação montada para a emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios.



Presidida por Serra (D), a comissão acolhe mensagem sobre programação monetária

## CAE é favorável a empréstimo para a Bahia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou parecer favorável a que o governo da Bahia possa contratar operação de empréstimo, junto ao Overseas Economic Cooperation Fund, no valor de 7,8 milhões de ienes, equivalentes a R\$ 71,6 milhões, para o

financiamento de programas de saneamento ambiental em Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos.

A mesma sessão aprovou mensagens do Executivo sobre a programação monetária relativa ao segundo, terceiro e quarto trimestres de 1996.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

12h30 - Recebe o ex-presidente do Líbano, Amim Gemayel

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Reexame das PECs que definem novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Continuação da discussão e votação do relatório final da comissão (itens do relatório que serão abordados: imunidade parlamentar, duração do mandato dos senadores e suplentes). Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

## Bianco faz apelo para que Beron continue operando

O senador José Bianco (PFL-RO) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que reveja a decisão do governo de fechar o Banco do Estado de Rondônia (Beron).



**José Bianco**

Para o senador, o Banco Central poderia cobrir o prejuízo do Beron, evitando assim a sua extinção.

- Se é verdadeiro que se investiram R\$ 20 bilhões do Proer para sanear bancos particulares, com somente 1% desse valor sanear-se-ia o Beron, o que evitaria a demissão de mil funcionários e o desaparecimento de uma instituição financeira necessária ao desenvolvimento de importante fronteira agropecuária - disse.

# Comissão já se prepara para examinar Orçamento

*Suassuna preside primeira reunião de trabalho e designa relatores. Parlamentares pedem subcomissão para acompanhar os gastos do governo e subsidiar debate no segundo semestre*

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse ontem que pretende concluir todo o processo de discussão e votação da lei orçamentária ainda este ano. Para ele, os trabalhos da comissão "deverão ser pautados pela objetividade, publicidade e clareza".

A Comissão de Orçamento reuniu-se ontem para definir sua forma de atuação no biê-



Suassuna (C) debateu na comissão formas de atuação em 97 e 98

nio 97/98. Suassuna informou que o Congresso já recebeu do Poder Executivo o projeto de

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser apreciado até o final do mês de

julho.

Os deputados Sarney Filho (PFL-MA) e Aracely de Paula (PFL-MG) foram designados relatores da LDO e do projeto da lei orçamentária, respectivamente.

Diversos parlamentares destacaram, durante a reunião, a necessidade de instalação, o mais rápido possível, da Subcomissão de Fiscalização e Controle, com a finalidade básica de acompanhar a execução do Orçamento da União, de forma a auxiliar a discussão da proposta orçamentária no segundo semestre.



Abdias Nascimento

## Senado aprova congratulação a governo angolano

Por proposta do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), o plenário do Senado aprovou ontem o envio de voto de congratulação ao governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, instalado no último 11 de abril. A formação do novo governo foi a última etapa do processo de paz, iniciado em 1994 com a assinatura do protocolo de Lusaka, entre o MPLA e a Unita, dando fim a 20 anos de guerra civil naquele país.

O plenário também aprovou o Acordo sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos, em Brasília, em 1º de março de 1996. Foi aprovado ainda Acordo sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o governo brasileiro e o argentino.

## Apreciação da LDO tem calendário definido

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviado ao Legislativo pela Presidência da República, foi lido no plenário do Congresso Nacional, em sessão presidida pelo deputado Heráclito Fortes e realizada no início da noite de ontem. O

presidente em exercício fixou o seguinte calendário de prazos finais para a tramitação da matéria:

- 16/4 - Publicação e distribuição de avulsos.
- 28/4 - Realização de audiências públicas.
- 6/5 - Apresentação de

emendas perante a Comissão Mista de Orçamento.

- 11/5 - Publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas.
- 15/6 - Prazo final para que a Comissão Mista encaminhe parecer sobre a LDO à Mesa do Congresso.

## Saúde na Amazônia preocupa Jefferson

Jefferson Peres (PSDB-AM) alertou ontem para a grave situação da saúde pública e o atraso econômico no interior da Amazônia. Jefferson lamentou que 84 anos depois da expedição de Carlos Chagas "a Amazônia continue a mesma, doen-



Jefferson Peres

te, explorada e ignorada pelas elites urbanas, com mais doenças do que as registradas pelo cientista, sem qualquer providência da saúde pública, exatamente como em 1913".

Jefferson Peres ressaltou que as doenças não atingem somente o branco e o cabo-

clo, mas principalmente os índios. A redução dos recursos pesqueiros na Amazônia também preocupa o senador. Conforme disse, a pesca predatória e a inadequada fiscalização ambiental estão reduzindo drasticamente a população de tambaquis. Ele recebeu o apoio, em aparte, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

## Mauro pede dados sobre privatização de ferrovias

Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitou ontem ao Senado que encaminhe requerimento de informações ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, sobre a privatização do sistema de transportes ferroviários entre a região Centro-

Oeste e a cidade de Belo Horizonte.

Mauro quer saber quais são as responsabilidades do Estado, após a privatização que transferiu essas ferrovias da Rede Ferroviária Federal para o Consórcio Centro-Atlântico. Essa



Mauro Miranda

privatização, segundo o senador, "frustrou, nos nove meses já decorridos da concessão, as expectativas de melhoria das deficiências existentes".

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

# Acordo dá 90 dias para vigência de MPs

*Fica vedada a reedição, segundo as linhas básicas do substitutivo que Fogaça apresentou ao plenário, resultante de entendimento entre os líderes partidários e do governo*

Depois de um acordo negociado entre líderes partidários e líderes do governo no Congresso, no gabinete do presidente Antonio Carlos Magalhães, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou ontem à tarde, ao plenário, as linhas básicas do substitutivo que apresentou a vários projetos de emenda constitucional que mudam a edição de medidas provisórias.

O substitutivo eleva de 30 para 90 dias a vigência de uma MP, mas sem direito a qualquer reedição. Ao final dos 90 dias, caso a medida provisória não tenha sido votada pelo Congresso, o presidente da República pedirá ao Legislativo a prorrogação da MP por mais 90 dias. Não poderá haver uma segunda prorrogação. Pelo acordo, as MPs serão votadas separadamente pela Câmara e pelo Senado. Haverá alternância para início de tramitação nas duas Casas. Só a primeira Casa poderá votar mudanças na medida provisória, depois de analisada, em 30 dias, por comissão



Antonio Carlos Magalhães: propostas retornam à Comissão de Justiça

mista de deputados e senadores. A segunda Casa só poderá aprová-la, vetá-la ou suprimir pedaços.

"É uma mudança extraordinária, talvez a maior mudança institucional da atual legislatura", afirmou José Fogaça. Ele pediu ao senador Antonio Carlos Magalhães que adiasse de ontem para a próxima quarta-feira (dia 23) a votação do seu substitutivo, porque os senadores teriam tempo para estudar o assunto e ainda faltava o acerto de alguns pontos da propos-

ta. Um desses pontos se refere ao resgate de algumas prerrogativas do presidente da República. O Bloco Oposição do Senado, que a princípio concordou com o resgate dessas prerrogativas, pediu tempo para apresentar uma proposta alternativa a esta parte.

Antonio Carlos anunciou que enviaria a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois que o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) ponderou que a matéria deveria voltar ao exame da CCJ, já

que o substitutivo iria fazer mudanças não apenas no artigo da Constituição que trata de MPs (art. 62), mas também nos artigos 48 e 84, que tratam de prerrogativas presidenciais. A posição de Josaphat foi reforçada por Roberto Freire (PPS-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Esperidião Amin (PPB-SC). Freire sugeriu que a CCJ se reunisse extraordinariamente para tratar do assunto, posição apoiada pelo líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

## CCJ analisa hoje substitutivo, que voltará ao plenário

"A pedido do relator e no interesse da Nação", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu enviar os projetos de emenda constitucional, com o respectivo substitutivo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Informou ainda ao plenário que o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), decidira convocar extraordinariamente a comissão para hoje, às 10h, amanhã e terça-feira (dia 22), quando examinará o substitutivo de Fogaça. O presidente

anunciou que o assunto voltará para o plenário na próxima quarta-feira (dia 23).

Durante o debate sobre a tramitação do substitutivo de José Fogaça, o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), explicou que as oposições concordaram a princípio com o resgate de atribuições administrativas do presidente da República. No entanto, as mudanças nos artigos 48 e 84, propostas por Fogaça, "resgatam atribuições dadas ao presidente da República pela Constituição do regime militar" e, por

isso, os partidos de oposição queriam tempo para analisar o assunto e apresentar propostas alternativas.

Segundo Dutra, o objetivo do Bloco é caminhar para um acordo com o governo na parte que trata das mudanças na edição de MPs, "mas será difícil um acordo quanto às mudanças nos artigos 48 e 84". Esperidião Amin (PPB-SC) pediu que a Consultoria Legislativa prepare um quadro comparativo das seis emendas constitucionais e o substitutivo de Fogaça, o que ajudará os senadores.

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), propôs que os integrantes da CCJ não apresentem pedido de vista do substitutivo de Fogaça, nas reuniões extraordinárias. Para ele, é importante que todas as alterações tenham apoio dos deputados, o que irá acelerar sua votação na Câmara. Arruda pediu ainda que o Congresso faça um esforço e vote as 52 medidas provisórias em estoque antes da vigência da mudança constitucional.

**MEDIDAS PROVISÓRIAS**

# Fogaça explica como funcionam novas regras

*Mudanças exigirão, de acordo com o senador, alterações nos regimentos da Câmara e do Senado. MPs não poderão mais ser reeditadas e prazo de vigência aumenta de 30 para 90 dias*

Ao explicar ao plenário como é seu substitutivo a seis propostas que mudam a edição de MPs, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que, se aprovada a matéria, "nunca mais uma medida provisória poderá ser reeditada". Ele explicou que as mudanças exigirão alterações nos regimentos do Senado, da Câmara e do Congresso, porque a tramitação de uma MP será bem diferente da que ocorre hoje.

Além de aumentar de 30 para 90 dias a vigência de uma MP, ela será examinada por comissão mista, a qual terá 30 dias para emitir parecer de mérito e de constitucionalidade, ou propor alterações. Ao final desse prazo, a medida provisória entrará em regime de urgência, na Câmara ou no Senado, pelo critério de alternância simples. A MP será sempre o item 1 da pauta. Hoje, as MPs são votadas em sessão do Congresso.

As medidas provisórias, conforme José Fogaça, serão votadas em turno único. Haverá discussão em plenário, onde poderão ser apresentadas emendas. O texto que sair da primeira Casa não poderá ser emendado pela outra Casa, cabendo apenas aprovação, rejeição ou supressão de partes. Aprovada na segunda Casa, ela não voltará à primeira, sendo promulgada imediatamente pelas Mesas da Câmara e do Senado, no caso em que a proposta não for alterada. Se houver alterações, ela será enviada ao presidente da



Fogaça destaca o empenho de Antonio Carlos em resolver problema das MPs

República, para sanção ou veto.

- Depois de aprovada a mudança na edição das medidas provisórias, terá de ser votado um decreto legislativo que defina as consequências jurídicas advindas de uma rejeição - informou o relator. Já o projeto de resolução que mudará o trâmite de uma MP irá prever que, durante a votação em plenário, não se permitirão requerimentos de adiamento de votação.

**MP será examinada por comissão mista, com 30 dias para emitir parecer ou propor alterações. Findo o prazo, entra em regime de urgência**

Se uma MP não for votada pelo Congresso, ela perde eficácia. Fogaça explicou aos senadores que, depois da última votação, a MP voltará à comissão mista que a examinou, para redação final. Ou seja, a comissão mista não se dissolverá até a promulgação ou envio do texto ao presidente da

República. Fogaça destacou o empenho de Antonio Carlos Magalhães para resolver o problema das medidas provisórias, o senador José Fogaça afirmou que o governo reivindicou, já que não existirá a reedição, a recuperação "de algumas prerrogativas, principalmente aquelas do seu âmbito administrativo".

- Realmente há experiências ilustrativas sobre o que argumenta o governo. Já vimos ser editada uma MP para a compra de um carro para o vice-presidente da República.

Explicou que, na parte da manhã, os líderes da oposição tinham, a princípio, aceitado a recuperação de tais prerrogativas e ele incluiu o assunto em seu substitutivo, apesar

de nada ter a ver com medidas provisórias.

Conforme José Fogaça, os trâmites burocráticos, com seus prazos, são hoje inimigos do Congresso para votação de MPs. A cada 30 dias, caso elas não sejam votadas, são criadas novas comissões mistas, dados novos prazos, indicados novos relatores. Isso vai acabar e, mesmo em caso de prorrogação de uma medida provisória, fica indicada a comissão mista dos primeiros 90 dias e não se abrem novos prazos.

- O Congresso faz hoje um trabalho de Sísifo, aquela figura da mitologia grega que, por castigo dos deuses, colocava uma pedra nos ombros e a levava até o cimo da montanha. Quando lá chegava, a pedra rolava e ele tinha de recomeçar o trabalho. Quando há reedição de medida provisória, há um castigo de Sísifo para o Congresso - disse.

Caso a MP não seja votada nos primeiros 75 dias, o presidente da República poderá encaminhar mensagem ao Congresso pedindo a prorrogação.

Depois de destacar o em-

**Caso a MP não seja votada nos primeiros 75 dias, o presidente da República poderá encaminhar mensagem ao Congresso pedindo a prorrogação**

de nada ter a ver com medidas provisórias. À tarde, no entanto, o líder do Bloco Oposição pediu prazo para examinar esta parte e inclusive propor mudanças.

- Ouvi dos líderes que esta é uma matéria institucionalmente tão vital que a votação por consenso corresponde à solidez da decisão que vamos tomar. Não é recomendável politicamente fazermos uma votação que confronte a oposição com o governo no trato de uma matéria que institucionalmente é do interesse de todos - disse Fogaça. Por isso, ele pediu adiamento do exame da proposta para a próxima quarta-feira.

## Bezerra aplaude retirada da Urucum



O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou uma "decisão sensata" do governo federal e uma "vitória" de Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul a retirada da mineradora Urucum do edital de privatização da Cia. Vale do Rio Doce, cujo leilão está marcado para o próximo dia 29. A venda da empresa Urucum, segundo o senador, vinha sendo questionada em ação popular.

## Júnia cobra acesso ao edital da Vale

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem que o Senado tenha acesso a todas as informações, práticas e procedimentos adotados pelo BNDES na elaboração do edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Júnia recebeu apertes dos senadores Lauro Campos (PT-DF) e Sebastião Rocha (PDT-AP), em apoio ao seu pedido, ambos criticando a promessa do presidente da República de ouvir as vozes das ruas.

## Abdias homenageia Evaristo de Moraes

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) disse que a morte do jurista Evaristo de Moraes Filho significou uma perda irreparável para todos os brasileiros comprometidos com as causas de justiça e liberdade.

Evaristo de Moraes Filho foi e continuará sendo um referencial para sua profissão, símbolo da correção e da ética. Perde o Brasil um de seus filhos mais valiosos e competentes - salientou.

# Associação dos magistrados dá apoio ao efeito vinculante

*Em mais uma rodada de debates, Comissão de Justiça ouve opinião favorável à emenda constitucional de Ronaldo Cunha Lima*

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Paulo Geraldo Medina, manifestou ontem o apoio da entidade à emenda constitucional que institui o efeito vinculante para decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Ele disse que a associação foi convencida a adotar essa posição após vários debates com o presidente do Supremo, Sepúlveda Pertence.

Geraldo Medina fez tais declarações durante uma palestra que proferiu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), quando garantiu que a associação confia em que a adoção do efeito vinculante "em matérias de natureza previdenciária, tributária e até econômica e em decisões por quórum qualificado do STF" desafogará os tribunais superiores e solucionará a grande



Cabral preside reunião em que CCJ ouve Medina (D)

demanda de recursos ao Supremo apenas para protelar decisões de instâncias inferiores.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), relator da proposta de emenda constitucional sobre o efeito vinculante, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), disse que a matéria em exame no Senado não contém dispositivo prevendo "medidas coercitivas contra juizes". Ele se mostrou inclinado a aceitar, em seu parecer, a obrigatoriedade de

"arguição de relevância" na seleção de recursos ao Supremo.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que o efeito vinculante desafoga os tribunais, "mas não resolve definitivamente o problema da Justiça". O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou a opinião de Medina e acrescentou que os magistrados "não estão recolhidos a uma torre de marfim, mas se integrando à sociedade para um país mais justo".

## Comissão aprova a reserva de vagas para mulheres em eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de autoria da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que assegura às mulheres, nas eleições proporcionais, uma cota mínima de 20% das candidaturas de cada partido ou coligação. O projeto, que introduz alteração no Código Eleitoral, foi acolhido nos termos de substitutivo oferecido pelo relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

A senadora esclarece a justificativa do projeto que o objetivo da medida é assegurar, de forma permanente, condições para maior participação

das mulheres na atividade política, mediante a reserva de vagas nos partidos e coligações.

Júnia Marise lembra que a lei regulamentadora das eleições municipais de 96 determinou, por emenda de sua autoria, que um mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação fosse preenchida por candidatura de mulheres.

Entende a senadora que a incorporação dessa norma no Código Eleitoral significará um passo de grande importância na conquista de uma ampla igualdade entre os sexos, "contribuindo para o pleno resgate da cidadania das mulheres brasileiras".

## CCJ faz audiências sobre a reforma da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) vai promover audiências públicas sobre a reforma da Previdência. Serão convidados para discutir a matéria o ministro Reinhold Stephanes e os ex-ministros Waldir Pires, Rafael de Almeida Magalhães e Jarbas Passarinho.

As audiências públicas foram sugeridas pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), em requerimento aprovado ontem pela comissão.

# CAS aprova incentivo a trabalho na prisão

*Proposta, de autoria de Benedita da Silva, contribui para a formação profissional dos detentos e também estimula a prática de esportes e a promoção de atividades culturais*

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou na manhã de ontem, em caráter terminativo, projeto de autoria de Benedita da Silva (PT-RJ) que cria incentivo para o trabalho de encarcerados, bem como estimula, entre eles, a prática de esportes e atividades culturais.

O projeto da senadora prevê, também, a realização de convênios com órgãos públicos para a utilização do trabalho do preso ou egresso na construção de obras que dispensem licitação. O relator da matéria foi o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).



Presidida por Ademir Andrade, a Comissão de Assuntos Sociais apreciou ontem diversos projetos

A CAS aprovou também parecer favorável apresentado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto que exime os prefeitos municipais de responderem como pessoa física pela apresentação de documentação exigida pelo INSS

para a concessão de alvarás de construção e habite-se.

Foram aprovados ainda pareceres de Emflia Fernandes (PTB-RS) e de Romero Jucá (PFL-RR), favoráveis, o primeiro, a projeto que permite a movimentação da conta vin-

culada ao FGTS do aposentado e, o segundo, a projeto que dispõe sobre colônias, federações e confederação nacional dos pescadores.

A CAS rejeitou projeto que fixa piso salarial para jornalistas.



A CCJ analisou ontem projetos que procuram humanizar o sistema carcerário do país

## SUS é responsabilizado por assistência a presos

A assistência à saúde dos detentos será prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com materiais e profissionais do seu quadro, que comparecerão aos estabelecimentos prisionais com frequência compatível às necessidades dos presos e internados. É o que estabelece substitutivo apresentado por Bernardo Cabral (PFL-AM) a projetos de Benedita da Silva (PT-RJ) e de Romeu Tuma (PFL-SP), aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A CCJ aprovou também projeto da Câmara, relatado por Jefferson Peres (PSDB-AM), que garante aos detentos maiores de 60 anos o recolhimento em estabelecimento próprio e

adequado à sua condição pessoal.

Outro projeto aprovado dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e de outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional. O relator foi José Fogaça (PMDB-RS).

Aprovado também substitutivo de Roberto Freire (PPS-PE) e Júlio Campos (PFL-MT) que regulamenta artigo da Constituição segundo o qual "o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei".

A CCJ aprovou ainda projeto que reduz de quatro para dois anos o prazo de serviço

inicial, na Secretaria de Estado, dos oficiais e assistentes de chancelaria, relatado por Ramez Tebet (PMDB-MS); projeto de resolução sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado, relatado por Ney Suassuna (PMDB-PB); projeto relatado por Jefferson Peres, que inclui, no rol das ações prescritas em dois anos, aquela para cobrança de despesas condominiais; projeto relatado por Romeu Tuma, que unifica os quadros de policiais masculinos e femininos da Polícia Militar do DF; e projeto de lei da Câmara, cujo relator também foi Tuma, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual.

## Restrição ao uso de capuz por policiais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem projeto de autoria do senador Odacir Soares (PFL-RO) que restringe a utilização de capuz em operações policiais. A matéria, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), determina que os capuzes só poderão ser usados em operações especiais que o justifiquem, sob a condição de que, oficial e previamente, o consinta a autoridade respectiva.

Tais exigências, segundo Odacir, evitarão que integrantes de forças policiais, quando desvinculadas de operações, ou até mesmo fora do expediente de trabalho, recorram ao anonimato que lhes propiciam os capuzes para perpetrar ações estranhas a suas atividades.

## Jonas: dívidas rurais são "impagáveis"

Jonas Pinheiro (PFL-MT) solicitou ontem ao governo federal, especialmente aos ministros da Fazenda e da Agricultura, a instalação de comissão de recálculo dos saldos devedores das dívidas, passíveis de alongamento, dos produtores rurais. Jonas quer assegurar aos produtores o direito de revisão dos seus débitos, pois, segundo ele, algumas das dívidas renegociadas são "impagáveis".



Jonas Pinheiro

## Uso de anabolizante preocupa Suassuna

Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou ontem a importância de duas reportagens transmitidas pela Rede Globo sobre o uso indiscriminado de anabolizantes, principalmente por jovens.

Autor de projeto que regulamenta o uso dessas substâncias, o senador manifestou sua preocupação com a ausência de qualquer controle sobre o comércio desses produtos, muitos dos quais apresentam fórmulas não autorizadas e são consumidos sem recomendação médica.

Suassuna pediu o apoio dos senadores para a aprovação de seu projeto, que já obteve parecer favorável de José Alves (PFL-SE) na CCJ.

# Benedita compara marcha dos sem-terra à peregrinação a Canaã

Senadora prega a necessidade de o governo implantar a reforma agrária e recebe o apoio de Júnia Marise e de Eduardo Suplicy

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a marcha dos trabalhadores sem-terra a Brasília não é apenas uma questão de cunho ideológico. "É, sobretudo, uma luta de fé, uma marcha para



Benedita

uma nova Canaã, uma nova Terra Prometida."

Para Benedita, a luta desses trabalhadores diz respeito a toda a sociedade e cabe ao governo a implantação da reforma agrária. Em aparte,

Júnia Marise (PDT-MG) declarou que a reforma agrária é uma necessidade para o país, como forma de promover justiça social. Eduardo Suplicy (PT-SP) acentuou que a marcha dos sem-terra terá significado tão importante quanto a de Martin Luther King.

## Rocha vê condições favoráveis à reforma

Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que o governo conta com "as melhores condições de realizar a reforma agrária". Governo, Movimento dos Sem-Terra (MST) e reforma agrária, segundo ele, têm ampla aceitação pública, de modo que o momento recomenda esforços de entendimento. Ele destacou pesquisa



Sebastião Rocha

feita junto a 2 mil pessoas, em que 94% concordaram que o MST deve lutar pela reforma agrária e 85% declararam-se favoráveis às invasões pacíficas de terras improdutivas.

## Lobão defende cursos voltados ao trabalho

Edison Lobão (PFL-MA) pediu ontem a ampliação das escolas profissionalizantes, a exemplo do que fazem as nações mais desenvolvidas. Na opinião do senador, o que se chama de cursos profissionalizantes no país não passa de "fantasias bem intencionadas, mas absolutamente inúteis".



Edison Lobão

O senador afirmou que o Senai e o Senac estão suprimindo, embora parcialmente, a ausência dos cursos profissionalizantes. Ele destacou também o trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que atende pequenos produtores e trabalhadores rurais.

## Para Marina, luta é de todos os trabalhadores

Ao comentar a chegada dos sem-terra a Brasília, Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o Movimento



Marina Silva

dos Sem-Terra já não é só dos trabalhadores rurais, mas de todos os trabalhadores. "Qualquer presidente gostaria de receber esses gigantes, que trazem nas suas costas o fardo de uma vida que tem sido dura e injusta" - salientou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA E JOEL DE HOLLANDA

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cosar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sergio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolito Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**